



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**ANEXO VII - CADERNO DE PENALIDADES**

**SUMÁRIO**

1.	APRESENTAÇÃO .....	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
5.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ....	8
6.	TABELA DE INFRAÇÕES.....	9

## **1. APRESENTAÇÃO**

- 1.1. O presente ANEXO objetiva disciplinar as penalidades contratuais, definir as condutas infratoras e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção pelo descumprimento de outras obrigações previstas no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula Quadragésima Terceira do CONTRATO, bem como na legislação e na regulação pertinente, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 1.2. Este ANEXO não altera a fiscalização ambiental, tal como decorrente da Resolução SMA nº 05/2021 ou atualizações, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.
- 1.3. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará sempre o previsto na Cláusula Quadragésima Terceira do CONTRATO, de forma que o CONCEDENTE sempre poderá, além de aplicar a devida penalidade, exigir a devolução de eventual montante que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

## **2. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 2.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, o presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula Quadragésima Terceira, o EDITAL e os demais ANEXOS, além da legislação aplicável.
- 2.2. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 2.3. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional verificada.
  - 2.3.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.
  - 2.3.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:
    - I. força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da Lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;
    - II. inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

## **PENALIDADES EM ESPÉCIE**

### **3. ADVERTÊNCIA**

- 3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual cujo valor mínimo na Tabela de Infrações seja de 0,001% (um milésimo por cento), desde que cumpridos os seguintes requisitos:
- I. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;
  - II. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
  - III. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
  - IV. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao CONCEDENTE, aos BENS DA CONCESSÃO, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado; e
  - V. não tenha sido verificada reincidência, conforme definição da Cláusula 43.3 do CONTRATO.

### **4. MULTA**

- 4.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto no Capítulo VII do CONTRATO.
- 4.2. Os valores das multas serão calculados com base em percentuais incidentes sobre o maior dos seguintes valores:
- I. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais no ano calendário anterior à prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade; ou
  - II. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA estimada no EVTE para o ano contratual anterior ao da prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade, considerado o prazo já transcorrido de vigência do CONTRATO, salvo para os primeiros três anos de vigência do CONTRATO, período no qual considerar-se-á a RECEITA estimada no EVTE para o 5º (quinto) ano de vigência do CONTRATO.
- 4.3. As infrações contratuais estão tipificadas na Tabela de Infrações do item 6 deste ANEXO.
- 4.3.1. A partir das faixas de valores constantes da Tabela de Infrações, será possível determinar, mediante aplicação dos critérios de dosimetria estabelecidos no item 4.5, o valor da infração.
  - 4.3.2. Após determinação do valor da infração com base nos critérios de dosimetria do item 4.5, será possível determinar, com base nas regras da categoria da infração definidas no item 4.6, o valor da multa efetivamente devida e sua periodicidade de incidência, quando aplicável.
  - 4.3.3. Nas hipóteses em que as infrações já estejam descritas e tipificadas na Tabela de Infrações, os valores das multas respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- 4.4. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, bem como na legislação ou regulamentação aplicáveis, que não esteja tipificada na Tabela de Infrações, a multa será calculada de acordo com o procedimento de dosimetria descrito no item 4.5 e conforme a classificação estabelecida no item 4.6, buscando-se como referência, quando possível, o intervalo de valores e a categoria estabelecidos para a infração tipificada na Tabela de Infrações que guarde maior semelhança com a infração praticada e não tipificada.
- 4.4.1. Para o cálculo previsto no item 4.4, acima, quando não for possível identificar referência adequada em infração tipificada na Tabela de Infrações, a multa será calculada, respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, mediante a observância dos critérios previstos nos incisos do item 5.1 deste ANEXO.
- 4.5. O valor da infração será determinado mediante a aplicação das seguintes etapas de dosimetria, a partir dos intervalos de valores fixados na Tabela de Infrações.
- 4.5.1. Para as infrações que tiverem gradação dos intervalos de valores com base na duração do atraso, os critérios das duas etapas de dosimetria deverão ser aferidos uma única vez, e aplicados a cada período de atraso indicado na Tabela de Infrações com base na respectiva faixa de valores, de forma proporcionalmente idêntica, de modo a assegurar que o valor da infração se situe, em cada período de atraso, na mesma distância proporcional em relação aos patamares mínimos e máximos da respectiva faixa de valores.
- 4.5.2. **Primeira fase da dosimetria:** para determinar o valor-base dentro do intervalo de valores fixado para a infração na Tabela de Infrações, serão considerados os danos causados pela infração – ao CONCEDENTE, aos BENS DA CONCESSÃO, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado, bem como os proveitos obtidos, direta ou indiretamente, pela CONCESSIONÁRIA.
- 4.5.2.1. Para as infrações descritas na seção “REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA” da Tabela de Infrações, na primeira fase de dosimetria do valor da multa poderão ser consideradas entregas parciais, hipótese em que o valor base será reduzido proporcionalmente à parcela da infraestrutura entregue que se encontre efetivamente disponibilizada e apta à operação, tanto funcionalmente quanto tecnicamente.
- 4.5.3. **Segunda fase da dosimetria:** uma vez definido o valor-base, serão consideradas as situações agravantes e atenuantes, quando presentes, com aplicação do respectivo percentual de acréscimo ou redução sobre o valor base.
- 4.5.3.1. O percentual de acréscimo ou redução que deve ser aplicado no valor base será o resultado da soma dos percentuais agravantes menos a soma dos percentuais atenuantes.
- 4.5.3.2. São consideradas circunstâncias atenuantes, resultando na redução do valor-base da multa a ser aplicada:
- I. o comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA, perante o CONCEDENTE, para informar acerca da ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo a sua responsabilidade: redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa, no prazo para tanto estabelecido;
  - II. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20%

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa, no prazo para tanto estabelecido;
- III. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido: redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - IV. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 4.5.3.3. São consideradas circunstâncias agravantes, resultando no acréscimo ao valor-base da multa a ser aplicada:
- I. ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - II. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo CONCEDENTE: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - III. praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - IV. resultarem da infração danos irreversíveis aos BENS DA CONCESSÃO e/ou aos USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 4.5.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:
- I. a atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso I, cumulativamente com a atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso II, prevalecendo a primeira;
  - II. a atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso IV, cumulativamente com a agravante prevista no subitem 4.5.3.3, inciso II, prevalecendo a agravante;
  - III. qualquer das atenuantes previstas no subitem 4.5.3.2, incisos I, II ou III, cumulativamente com alguma das agravantes previstas no subitem 4.5.3.3, incisos I ou III, prevalecendo a(s) agravante(s).
- 4.5.3.5. A atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso I, não se aplica às infrações, qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.
- 4.5.3.6. A eficácia das atenuantes previstas nos incisos I e II do subitem 4.5.3.2 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo, e a superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na descon sideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

4.5.4. O valor da infração reincidente será aumentado no caso de reincidência praticada pela CONCESSIONÁRIA, dentro do período de 03 (três) anos, conforme conceito definido na Cláusula Quadragésima Terceira do CONTRATO, ainda que, à época da infração reincidente, não tenha havido condenação da primeira infração, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, com base nos seguintes percentuais:

- I. primeira reincidência: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa;
- II. segunda reincidência: acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa;
- III. terceira reincidência e seguintes: acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da multa.

4.6. As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 3 (três) categorias: (I) infrações por violação pontual do CONTRATO; (II) infrações por mora; e (III) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

4.6.1. As **infrações por violação pontual do CONTRATO** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação, não projetando seus efeitos no tempo, inexistindo qualquer conduta a ser praticada para fazer cessar a infração.

4.6.1.1. Nesta hipótese, o CONCEDENTE instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando a classificação da infração dentre as previstas na TABELA DE INFRAÇÕES, quando pertinente.

4.6.1.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor da multa devida a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional.

4.6.2. As **infrações por mora** são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.

4.6.2.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA para que se proceda ao cumprimento imediato da obrigação inadimplida, indicando a classificação da infração dentre as previstas na Tabela de Infrações, quando pertinente. A falta da notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do dever de purgar a mora verificada.

4.6.2.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor da infração por cada dia em que a CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, contados desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida.

4.6.3. As **infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.

4.6.3.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA,

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

das medidas necessárias à regularização da situação, indicando a classificação da infração dentre as previstas na TABELA DE INFRAÇÕES, quando pertinente. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação.

4.6.3.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor devido pela CONCESSIONÁRIA em razão da infração praticada, a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional, somado a um acréscimo de 1% (um por cento) sobre esse mesmo valor da infração, a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização.

4.6.3.3. Caso a CONCESSIONÁRIA comprove a impossibilidade absoluta de regularização da situação, a infração será convertida em violação pontual do contrato, regulada no subitem 4.6.1, e o valor da infração, calculado com base no item 4.5, será acrescido de 30%.

4.6.4. A classificação das infrações, prevista na Tabela de Infrações, possui caráter meramente referencial e indicativo da perspectiva de enquadramento de cada tipo infracional, dentre as categorias previstas no item 4.6, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, ao longo do processo administrativo sancionatório, prevalecendo, sobre a classificação prevista na Tabela de Infrações, o conceito definido para cada uma das categorias nos subitens 4.6.1 a 4.6.3.

4.7. O valor das multas descritas nos subitens 4.6.2 e 4.6.3, calculados, respectivamente, na forma prevista nos subitens 4.6.2.2 e 4.6.3.2, não poderão superar, a cada conduta infracional individualmente considerada, o montante correspondente a 200% (duzentos por cento) do maior patamar da faixa de valores prevista na Tabela de Infrações, aplicando-se, na hipótese prevista no subitem 4.5.1, a faixa de valores prevista para o maior período de atraso ocorrido.

4.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA praticar ato que conduza à efetiva decretação da caducidade da CONCESSÃO, será aplicada a multa em valor equivalente à GARANTIA DE EXECUÇÃO, em substituição à multa prevista para o inadimplemento que levou à caducidade, ainda que haja previsão de multa específica para tal ato.

**5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

5.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA constituem sanções que poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1989, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, em observância à razoabilidade e à proporcionalidade:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- III. o dano resultante ao CONCEDENTE, aos BENS DA CONCESSÃO ou aos USUÁRIOS;
- IV. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- V. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

VI. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e

VII. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

5.2. A sanção de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a sanção e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (anos) da aplicação da sanção.

5.4. A sanção de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA serão aplicadas tanto à CONCESSIONÁRIA como ao seu(s) acionista(s) controlador(es) que exerça(m) o CONTROLE da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição.

**6. TABELA DE INFRAÇÕES**

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>ENTREGA, ALTERAÇÃO E RENOVAÇÃO DE PLANOS</b>			
1	Não apresentar o PLANO DE INTERVENÇÕES e projetos básicos, contendo todos os componentes mínimos, ao CONCEDENTE no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	
2	Não apresentar o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO, contendo todos os componentes mínimos, ao CONCEDENTE no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	
3	Não apresentar o PLANO MUSEOLÓGICO, contendo todos os componentes mínimos, ao CONCEDENTE no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
4	Alterar ou revisar, sem a necessária submissão ao CONCEDENTE, nos termos dos ANEXOS II e III, e do CONTRATO, caracterizando, cada ocorrência, uma infração distinta:	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
	1. PLANO DE INTERVENÇÕES e projetos básicos;		<b>Regularização:</b> (I) Obter, se possível, a aprovação do CONCEDENTE; ou (II) desconstituição da alteração/revisão.
	2. PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO.		
5	Ter suspensão ou embargo cautelar das atividades ou perder, a qualquer momento ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, condições para a prestação dos serviços em decorrência do não cumprimento de suas condicionantes ou descumprimento da legislação específica.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> obtenção da autorização exigida nos casos permitidos pela legislação específica
6	Não apresentar anualmente os atos de ordenação (tais como alvarás, licenças, autorizações) obtidos em nome da CONCESSIONÁRIA.	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora
<b>REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA</b>			
7	Atrasar os marcos de início das INTERVENÇÕES e/ou das obras de requalificação, adequação e modernização da infraestrutura, de acordo com o PLANO DE INTERVENÇÕES aprovado pelo CONCEDENTE.	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1%	
		III – Se o atraso for superior a seis meses: de 0,1% a 1,5%.	
8	Descumprir os marcos intermediários das INTERVENÇÕES e/ou das obras de requalificação, adequação e modernização da infraestrutura, de acordo com o PLANO DE INTERVENÇÕES aprovado pelo CONCEDENTE.	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1%	
		III – Se o atraso for superior a seis meses: de 0,1% a 1,5%	
9	Não concluir, total ou parcialmente, as INTERVENÇÕES, de acordo com prazo estabelecido no PLANO	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	DE INTERVENÇÕES aprovado pelo CONCEDENTE.	II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1% III – Se o atraso for superior a seis meses e até um ano: de 0,1% a 1,5%. IV – Se o atraso for superior a um ano: de 1,5% a 5%	
10	Não seguir as diretrizes estabelecidas para a construção e reforma de edificações estabelecidas no ANEXO III	De 0,001% a 0,01%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo <b>Regularização:</b> adequar as edificações às diretrizes.
11	Não refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. <b>Regularização:</b> comprovar a adoção de medidas voltadas à adequação ou correção do vício constatado pelo CONCEDENTE.
12	Não elaborar os desenhos complementares e os detalhamentos que tornem plenamente compreensíveis todos os elementos que compõem cada edifício exatamente (as <i>built</i> ), como estabelecido no estabelecidas no ANEXO III, no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até dois meses: de 0,001% a 0,01%. II – Se o atraso for superior a dois meses: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora
<b>ENCARGOS DOS PLANOS ESPEOLÓGICOS</b>			
13	Não cumprir os encargos e adequações de melhorias nas Cavernas, conforme definido nos ANEXOS II e III, bem como as diretrizes de convivência estabelecidas no ANEXO V.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. <b>Regularização:</b> comprovar a adoção de medidas voltadas à adequação ou correção do vício constatado pelo CONCEDENTE.
14	Não respeitar os limites de capacidade de visitantes, quando de sua responsabilidade no agendamento dos grupos.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. <b>Regularização:</b> comprovar a adoção de medidas voltadas à adequação

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
			ou correção do vício constatado pelo CONCEDENTE.
TRANSFERÊNCIA DA POSSE DO BEM PÚBLICO E INÍCIO DA OPERAÇÃO DE BENS OU UNIDADES GERADORAS DE CAIXA			
15	Descumprir o prazo máximo da assunção da ÁREA DA CONCESSÃO, ressalvada a hipótese do descumprimento decorrente de fato de responsabilidade do CONCEDENTE.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%.	
16	Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%.	
DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
17	Não preservar a atualidade e modernidade na prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO.	De 0,001% a 0,1%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> atualizar a prestação do serviço
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO			
18	Não cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> cumprir as exigências.
19	Não obter, manter ou renovar as licenças ambientais.	De 0,1% a 1,5%.	Não obter: II – Infração por mora  Não manter ou renovar: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> Obter a licença necessária.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
20	Não cumprir exigências estabelecidas nas autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos à área de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.	De 0,01% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> cumprir as exigências.
21	Não observar as normas, padrões ou procedimentos dispostos no PLANO DE MANEJO do PETAR, sendo que cada regra violada corresponderá a uma infração distinta, inclusive para fins de reincidência, que será caracterizada apenas no caso de nova violação da mesma regra antes já violada.	De 0,001% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> obedecer às normas, padrões ou procedimentos não observados.
22	Não cumprir exigências e condicionantes estabelecidas em licenças e/ou normas relacionadas à legislação ambiental, urbanística, de mobilidade urbana, e demais autorizações específicas para o exercício regular das atividades.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> cumprimento das exigências.
23	Não dar destinação ambientalmente adequada para os resíduos produzidos pelas atividades concernentes à CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> adequação dos procedimentos.
<b>FISCALIZAÇÃO, APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA</b>			
24	Criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir com as determinações do CONCEDENTE no tocante ao seu poder de fiscalização.	De 0,01% a 1,5%.	Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.
			Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
			<b>Regularização:</b> adotar as medidas necessárias para viabilizar o exercício da fiscalização.
25	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir o VERIFICADOR INDEPENDENTE, dentro dos prazos estipulados.	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora.
26	Impedir, coagir ou criar qualquer tipo de empecilho para a realização do trabalho de avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO por parte do VERIFICADOR INDEPENDENTE.	De 0,01% a 1,5%.	I – Infração por violação pontual do contrato
27	Não prestar esclarecimentos e informações solicitadas pelo Comissão de Acompanhamento da Execução Contratual.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora.
28	Não elaborar e disponibilizar ao CONCEDENTE o Relatório Anual e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora.
		II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	
29	Não elaborar relatório com todas as apurações no tocante aos INDICADORES DE DESEMPENHO, e consequente envio ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, para fins de cálculo da OUTORGA VARIÁVEL.	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora
30	Praticar qualquer tipo de fraude em relação às gratuidades e à contagem dos USUÁRIOS.	De 0,1% a 5%	Se a fraude caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.
			Se a fraude perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> cessar a prática da fraude constatada.
31	Não coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual do contrato

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>ACESSO À ÁREA DA CONCESSÃO E NORMAS DE CONVIVÊNCIA</b>			
32	Impedir o acesso de representantes do CONCEDENTE, e da FUNDAÇÃO FLORESTAL na ÁREA DA CONCESSÃO para que realizem as atividades inerentes às suas respectivas funções institucionais.	De 0,01% a 1,5%.	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> Permitir o acesso dos representantes.</p>
33	Impedir injustificadamente o acesso de pesquisadores devidamente identificados para a realização de atividades científicas na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,01% a 0,1%	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> Permitir o acesso dos representantes.</p>
34	Não informar a FF ato, fato ou evento inerente à operação cotidiana dos PETAR que enseje o aprofundamento da matriz-base constante das diretrizes de convivência.	De 0,01% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> notificar a FUNDAÇÃO, conforme o caso, para que promovam as mitigações ao risco de interface que se fizerem necessárias.</p>
<b>RECEITAS ADICIONAIS</b>			
35	Não encaminhar contratos e documentos pertinentes para o CONCEDENTE, no tocante às RECEITAS.	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora.
36	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITAS.	De 0,1% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> apresentar ao CONCEDENTE todos os contratos de exploração de RECEITAS ADICIONAIS.</p>
37	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS, por prazo superior ao da CONCESSÃO, sem prévia anuência do CONCEDENTE.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
			<b>Regularização:</b> (I) obter a anuência do CONCEDENTE, após cumprir as condicionantes da do CONTRATO; ou (II) rescindir o contrato, ou alterar sua vigência para observar a vigência da CONCESSÃO.
38	Comercializar, parcial ou integralmente, <i>namings rights</i> referentes à ÁREA DA CONCESSÃO sem seguir as regras do CONTRATO e da legislação aplicável.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
<b>FINANCIAMENTO</b>			
39	Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO, como garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa do CONCEDENTE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> (I) desonerar os direitos emergentes da CONCESSÃO no contrato de financiamento; ou (II) obter, se possível, a anuência do CONCEDENTE.
40	Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo CONCEDENTE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> (I) desonerar as ações ou os direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA no contrato de financiamento; ou (II) obter, se possível, a anuência do CONCEDENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
41	Não dar conhecimento ao CONCEDENTE das alterações das condições dos financiamentos contratados, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerada para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção da CONCESSÃO.	De 0,1% a 5%	II – Infração por mora
<b>BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO</b>			
42	Não manter os BENS REVERSÍVEIS em plenas condições de uso, conservação e segurança.	De 0,001% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> adequar as condições de uso, conservação e segurança dos BENS REVERSÍVEIS
43	Realizar, sem aprovação prévia por parte do CONCEDENTE, obras e intervenções que envolvam demolição, reforma ou construção de novas estruturas.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> (I) desfazer a obra ou intervenção; ou (II) obter, se possível, a aprovação do CONCEDENTE.
44	Não manter o INVENTÁRIO em bom estado de conservação e em pleno funcionamento, com todas as informações exigidas.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> atualizar o INVENTÁRIO.
45	Não entregar ao CONCEDENTE, quando solicitado, INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, devidamente atualizado.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> entregar o inventário dos BENS REVERSÍVEIS, devidamente atualizado
46	Não registrar na contabilidade da CONCESSIONÁRIA os BENS REVERSÍVEIS, incluindo sua distinção em relação aos BENS PRIVADOS.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  <b>Regularização:</b> adequar a contabilidade.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
47	Tentativa ou consumação de fraude no inventário dos BENS REVERSÍVEIS.	De 0,1% a 5%	No caso de tentativa: I – Infração por violação pontual do contrato.
			No caso de consumação: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> oferecer ao CONCEDENTE o INVENTÁRIO devidamente regularizado.
48	Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do CONCEDENTE.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> (I) adquirir novos bens, equivalentes ou de qualidade superior àqueles indevidamente alienados; (II) desonerar os bens indevidamente onerados; ou (III) quando possível, obter anuência do CONCEDENTE para o ato de alienação, transferência ou oneração.
49	Não mencionar expressamente a vinculação à CONCESSÃO, nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> adoção das medidas necessárias para que, ainda que extemporaneamente, seja indicada a vinculação à CONCESSÃO.
50	Não reverter os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, no final de sua vigência.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> adotar as medidas necessárias à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO.
51	Não transferir ao CONCEDENTE ou a quem este indicar, ao final da CONCESSÃO, independentemente de sua causa, todos os BENS REVERSÍVEIS em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> transferir ao CONCEDENTE, ou a quem este indicar, os BENS REVERSÍVEIS ou adequar o seu estado de uso, conservação e funcionamento

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
52	Não transferir, gratuitamente, os direitos e documentos necessários ao desempenho das atividades previstas no objeto do CONTRATO, ao final da CONCESSÃO.	De 0,1% a 1,5%.	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> transferência, ao CONCEDENTE, dos direitos e documentos faltantes</p>
53	Distribuir qualquer valor ou patrimônio entre os acionistas da SPE antes de o CONCEDENTE atestar que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.	De 0,1% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> (i) obter a restituição do valor ou patrimônio dos acionistas; ou (ii) obter a atestação do CONCEDENTE quanto às condições dos bens revertidos.</p>
<b>CONCESSIONÁRIA</b>			
54	Descumprir as obrigações relativas a integralização do Capital Social mínimo.	De 0,01% a 0,1%	II – Infração por mora
55	Reduzir o capital social da SPE abaixo do mínimo permitido sem anuência do CONCEDENTE.	De 0,1% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> aumentar o capital social da SPE, observado o mínimo permitido.</p>
56	Transferir o CONTROLE sem a anuência prévia e expressa do CONCEDENTE.	De 1,5% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> (I) adoção das medidas previstas no CONTRATO ou (II) obtenção de anuência do CONCEDENTE, quando possível.</p>
57	Não submeter à prévia aprovação do CONCEDENTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários se I) contiverem dispositivo de conversão em ações	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	que implique alteração no controle da sociedade ou II) tiverem como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador da SPE.		<b>Regularização:</b> (I) paralisar o processo de emissão de títulos e/ou valores mobiliários; ou (II) obter, se possível a anuência do CONCEDENTE.
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
58	Descumprir a obrigação de prestar os serviços de forma contínua ou de forma adequada.	De 0,01% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> retomar as atividades objeto da CONCESSÃO que foram interrompidas e/ou de tonar a executá-las de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS.</p>
59	Não prestar atendimento de primeiros socorros aos USUÁRIOS que na ÁREA DA CONCESSÃO necessitem de socorro de emergência, ou não removê-los, quando necessário, para órgãos de saúde pública ou conveniados.	De 0,1% a 1,5%	I – Infração por violação pontual
60	Não atuar na prevenção e repressão de crimes e contravenções, ou não registrar as ocorrências nas dependências da CONCESSIONÁRIA.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual
61	Não coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual
62	Iniciar a operação de quaisquer UNIDADES GERADORAS DE CAIXA sem a obtenção das licenças e alvarás necessários, inclusive o “habite-se”.	De 0,01% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> paralisação das obras para obtenção dos alvarás necessários de modo a possibilitar o seu reinício.</p>

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
63	Não manter durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> comprovar a manutenção das condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO
64	Não informar à população e aos USUÁRIOS sempre que houver alteração do valor do INGRESSO e a data de vigência da alteração.	De 0,001% a 0,1%	II – Infração por mora
65	Deixar de prestar qualquer informação aos USUÁRIOS sobre a política de gratuidade.	De 0,01% a 0,1%	II – Infração por mora
66	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			<b>Regularização:</b> comprovar o atendimento à obrigação tributária e/ou trabalhista inadimplida
67	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual do Contrato
68	Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente, nos termos da legislação aplicável.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> comprovar a publicação legalmente exigida.
69	Não oferecer aos USUÁRIOS quaisquer dos canais de comunicação exigidos.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> oferecer aos USUÁRIOS todos os canais de comunicação previstos no CONTRATO.
70	Não manter uma ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação do serviço.	De 0,001% a 0,1%	II – Infração por mora.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
71	Não elaborar, no prazo previsto, a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	
72	Não observar a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> (i) desfazer os negócios jurídicos celebrados com as PARTES RELACIONADAS; ou (ii) adequá-los, se possível, à POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.
73	Não instituir, no prazo previsto, o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	
74	Não observar o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> tomar as medidas recomendadas no Programa de Conformidade.
ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA			
75	Não prover um ou mais encargos inerentes aos serviços comerciais e de arrecadação de bilhetagem, a partir dos marcos contratuais.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> prover os encargos inerentes aos serviços comerciais e de arrecadação de bilhetagem.
76	Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à limpeza.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> retomar serviços adequados de limpeza.
77	Não prover, no todo ou em parte, os serviços de segurança patrimonial e controle de acesso na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> retomar serviços adequados de segurança patrimonial e controle de acesso.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
78	Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à manutenção dos ativos de infraestrutura que a CONCESSIONÁRIA esteja obrigada a manter ou apoiar na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora
79	Não prover, no todo ou em parte, um ou mais serviços de utilidades ou redes de infraestruturas na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora
80	Não prover, no todo ou em parte, um ou mais serviços de gestão na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora
81	Não iniciar ou deixar de realizar as atividades de educação ambiental e de apoio à pesquisa.	De 0,01% a 1,5%	Não iniciar: II – Infração por mora
			Deixar de realizar: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> voltar a realizar as atividades de educação ambiental.
SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO			
82	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> (i) extinguir ou adequar o contrato com terceiro.
83	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos serviços objeto do presente CONTRATO, fora das hipóteses prevista no CONTRATO.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> adotar as medidas necessárias ao retorno do <i>status quo ante</i>
GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS			
84	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO, durante toda a vigência contratual.	De 1,5% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> oferecer garantia de execução válida, nas condições previstas no Contrato.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
85	Não fornecer ao CONCEDENTE, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> oferecer ao CONCEDENTE o certificado exigido.
86	Não apresentar ao CONCEDENTE, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			<b>Regularização:</b> oferecer ao CONCEDENTE o documento comprobatório exigido.
PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS AO PODER CONCEDENTE			
87	Atrasar a transferência dos valores devidos pela CONCESSIONÁRIA a título de (I) OUTORGA VARIÁVEL ou de (II) ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.	I - Se o atraso for de até três dias: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for de três dias a seis dias: de 0,01% a 0,1%.	
		III – Se o atraso for superior a seis dias: de 0,1% a 1,5%.	